

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E SISTEMA POLÍTICO NO LÍBANO

por

Susana Lage de Carvalho*

Resumo

O presente trabalho consiste num esforço de reflexão sobre a relação entre as dinâmicas demográficas das diversas comunidades presentes na sociedade libanesa e a tensão entre estas no interior do sistema político multiconfessional vigente. A partir da evolução das diferentes variáveis que intervêm na composição populacional, explora-se os aspetos determinantes da instabilidade política existente no Líbano, cujo breve mas violento despertar das tensões intercomunitárias em 2005 e 2006 ainda se encontra bem presente e cujos antagonismos se estendem às recentes incursões, por parte de algumas destas comunidades, no atual conflito da vizinha Síria.

Palavras-chave

Dinâmicas demográficas

Líbano

sistema político multiconfessional

violência intercomunitária

Abstract

The present work is an effort to understand the interrelation between demographic dynamics of the different communities in Lebanese geographical territory and the tension between them inside the existing multiconfessional political system. Starting from the analysis of the different variables involved in population's composition evolution, this work try to recognize the determining factors of political instability in Lebanon, country that experienced a violent awakening of intercommunity tensions in 2005 and 2006 and, recently, several incursions in the current conflict in neighboring Syria.

Keywords

Demographic dynamics

Lebanon

confessionalism

intercommunal violence

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mestre em Mediação Intercultural (Departamento de Sociologia e Antropologia) pela Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de l'Université Saint-Joseph de Beyrouth (Chaire UNESCO d'études comparées des religions, de la médiation et du dialogue) e mestre em História e Património, ramo Mediação Patrimonial, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Breve abordagem à história do Líbano

Génese do mosaico libanês

Na análise da sociedade libanesa, a clivagem entre as populações cristãs e as muçulmanas é talvez menos importante do que as fronteiras que dividem quer os cristãos entre si quer as diferentes seitas muçulmanas no interior do Islão, decorrentes de séculos de querelas e lutas ideológicas e teológicas (Corm, 2005: 27-28).

Neste contexto de «intolerância alargada», a geografia do Líbano, de grande relevo (sobretudo na área central do território atual), permitiu o refúgio e a independência (relativa) das populações cismáticas que buscavam fugir à dominante ortodoxia (sunita) (Feki & Ficquelmont, 2011: 41). O enclave natural que constituem as montanhas que atravessam o interior do território moderno, em toda a sua verticalidade centro-norte, designado de Monte-Líbano, tornou-se assim, ao longo de séculos, dominado por confissões minoritárias, sobretudo por maronitas (cristãos) e por drusos (muçulmanos). As montanhas libanesas transformaram-se também, bem cedo, num refúgio natural para os muçulmanos xiitas (duodecimalistas) (Corm, 2005: 15).

Os maronitas, hoje detentores de grande poder na sociedade libanesa, começam a ocupar as montanhas do Líbano (o *Mont-Liban*) a partir do século VIII, em fuga às perseguições do Império Bizantino (Feki & Ficquelmont, 2011: 38). Mais tarde, no século XVI, alargam-se para uma região de ocupação maioritariamente xiita – o vale da Bekaa – e, mais tarde, no século XVII, continuam essa expansão para uma área de maioria drusa – a sul do mesmo vale – até que formam a comunidade mais importante do Líbano no século XIX, época em que as potências europeias começam a intervir nos assuntos do Império Otomano, soberano em toda esta região. Neste último período, os maronitas começam a ocupar também as grandes vilas costeiras, de presença maioritariamente sunita e grega-ortodoxa (Vaumas, 1955: 563-578). A pressão territorial e económica que a comunidade maronita começa a exercer junto destas populações (sobretudo no que diz respeito aos sunitas) vai ser reforçada pelo contexto internacional: a intervenção direta, desde o século XIX, das potências ocidentais nas questões internas do Império Otomano será a componente essencial para génese do sectarismo atual no seio da sociedade libanesa (Dubar, 1974: 302).

O sectarismo no Líbano atual é o resultado de processos históricos complexos. Desde a antiguidade, a ocupação sucessiva, parcial ou total, das civilizações egípcia, assíria, babilónica, persa, grega e romana, dos cruzados e dos otomanos, invasões essas que fragmentaram a presença fenícia, homogénea na área costeira do território atual, contribuiu para o fechamento das comunidades locais, ciosas da sua autonomia.

Vai ser em torno dos movimentos religiosos que essas comunidades serão estruturadas sobretudo, mais do que pela sua localização geográfica (Dubar, 1974: 302), embora esta tenha determinado certamente, ao longo dos tempos, diferentes níveis de similitude ou de divergência entre os diversos grupos. Teremos a oportunidade de examinar o papel determinante do posicionamento geográfico na composição demográfica das diferentes comunidades, nomeadamente no que concerne à mortalidade e, posteriormente, à natalidade. Essa configuração populacional vai intervir diretamente no sistema político multiconfessional assimétrico que se constituiu aquando da independência do Estado libanês em 1943 (independência do mandato francês constituído, em 1922, pela então Sociedade das Nações).

O Império Otomano, que dominou a região entre 1516 e 1918, reforçou o isolamento das diferentes comunidades aí existentes e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos particularismos comunitários, ao reconhecer, com maior ou menor grau, a autonomia das diversas confissões, sob desiguais pagamento fiscal e apresentação de contingente humano, para as incursões militares otomanas. Em 1843, um século antes da criação do Estado libanês, o Império Otomano divide o Monte-Líbano (designado, mais tarde, de «Pequeno-Líbano») em duas províncias: uma a norte, para os maronitas e outra a sul, para os drusos – ação decorrente dos conflitos violentos entre estas duas comunidades, que dividiam a montanha. Em 1860, a perseguição e massacre dos cristãos pela população drusa abre a possibilidade às grandes potências europeias de intervir no Médio Oriente, apresentando-se como defensores das comunidades cristãs. Sendo assim, o «problema libanês» é entregue à França (esta era, sem surpresas, uma das principais credoras do Império Otomano), por protocolo assinado entre a Rússia, o Reino Unido, a Áustria e a então Prússia. Deste modo, em 1861, o estatuto autónomo do Monte-Líbano une os maronitas à França – união estreita que se mantém, até hoje, a nível cultural, sobretudo, linguístico – iniciando-se então a construção de escolas e de creches para a formação francófona dos cristãos e das elites

locais (Feki & Ficquelmont, 2011: 38-40).

A pressão das ambições coloniais das duas grandes potências europeias de então, França e Inglaterra, leva a que os dirigentes das comunidades cristãs – encabeçadas pelo patriarca maronita – consigam, através do Tratado de Sèvres de 1920, a criação de um Estado, o «Grande-Líbano» (território atual), por oposição ao «Pequeno-Líbano» (território autónomo do *Mont-Liban* de 1861). Este território alargado é dotado de particularismos únicos no interior do oriente árabe: autonomia histórica de uma parte do seu território, perante o extinto Império Otomano e composição comunitária de cerca de 55 por cento de cristãos (segundo dados de 1922) (Heyberger, 2003: 148).

Apesar de constituírem, aparentemente, a maioria em termos demográficos (analisaremos, entretanto, a validade dos dados obtidos à época), os maronitas não tiveram, até à formação de uma ligação estreita com a França, um posicionamento de significativa importância política, nem o poderiam ter no interior do Império Otomano (de confissão sunita), apesar, contudo, do seu estatuto de autonomia, fruto da pressão das potências europeias, como acabamos de ver.

Os maronitas legitimaram - e reforçaram – assim, com a constituição do «Grande-Líbano», a sua já concretizada extensão para o litoral. A ocupação dos portos e a consequente dominação das transações comerciais que aí decorriam terão estado sempre, naturalmente, na mira dos cristãos (Vaumas, 1955: 518), favorecidas, desde a segunda metade do século XIX, pela intervenção europeia nas questões do Médio Oriente. Um novo contexto de concorrência e conflito intercomunitário surge assim com este novo posicionamento económico por parte dos maronitas, prolongando as querelas do passado (acerca das rotas terrestres de comércio entre a Europa e a Ásia: os produtos em circulação entre continentes estavam dependentes da passagem pela montanha, território dominado pelos maronitas e alheio aos comerciantes citadinos, de maioria sunita e grega-ortodoxa).

O confronto entre interesses económicos vai acentuar as diferenças entre os sistemas de práticas e valores das diferentes comunidades. O reencontro entre vila e montanha não terá sido fácil portanto, tratando-se de sociedades bastante distintas, sobretudo se tivermos em conta que as da montanha viveram uma história política própria, de cariz eminentemente feudal, que se traduzia numa rede estreita de hierarquias e numa tradição de fidelidade às principais famílias (aspetos que terão um papel relevante nas questões políticas futuras, mas que não serão explorados, porém, neste trabalho). Esta existência histórica de duas sociedades díspares, a da cidade e a da montanha, parece constituir, ainda hoje, um elemento fundamental da desarmonia entre as diferentes comunidades no que concerne às estratégias sociais (Corm, 2005: 42-50).

O Líbano tem, portanto, uma história dupla até, pelo menos, ao século XIX e inícios do século XX, no que diz respeito à localização geográfica: a das populações que vivem nas cidades e ao longo das vias principais de acesso à Síria, por um lado e a das populações da montanha, por outro (Vaumas, 1955: 568); mas também múltipla, mais tarde, no que diz respeito ao fechamento social das diferentes comunidades que ocupam o território (17 reconhecidas pelo Estado libanês, aquando da sua formação em 1943). Estas realidades dissemelhantes – a urbanidade versus a ruralidade de determinadas comunidades, nomeadamente e a sua influência nas respetivas representações mentais e situação socioeconómica - vão intervir, como veremos, nos diferentes comportamentos demográficos das diversas populações. As diferenças resultantes vão ser acentuadas ainda pelas práticas matrimoniais endogâmicas, fruto do isolamento das comunidades entre si.

Dinâmicas populacionais no século XIX e inícios do século XX – localização geográfica e condição socioeconómica perante a mortalidade

No período otomano, as populações cristãs, sobretudo a maronita, demonstraram um crescimento demográfico muito superior às comunidades muçulmanas. O seu estatuto protegido no seio do Império Otomano (a partir da segunda metade do século XIX), mas sobretudo o seu refúgio nas montanhas, afastou-os dos riscos de guerra, enquanto esta terá debilitado consideravelmente o crescimento da população muçulmana. Além da mortalidade decorrente das pelejas, a longa separação que a guerra impunha aos cônjuges detinha também a natalidade desta população. Ainda, a relativa instabilidade da família muçulmana, onde a separação é mais constante do que entre as comunidades cristãs (o que se mantém até hoje, no Médio Oriente), pode ter contribuído conjuntamente para um menor número de nascimentos (Fargues, 1992: 315).

Apesar dos violentos massacres de 1860 entre drusos e maronitas e da fome de 1914-1918, o Líbano terá du-

plicado a sua população entre 1846 e 1920 e quase triplicado se tomarmos o período de 1846 a 1950. Este crescimento populacional é excecional, se tivermos em conta a intensa emigração deste intervalo temporal, como examinaremos. Porém, esta emigração é sobretudo cristã e particularmente maronita, aspeto de significativa relevância, visto que porá em cheque o sistema político em vigor (Vaumas, 1955: 578-579).

Pese embora a sua importância política, a população drusa representava no «Pequeno-Líbano» menos de um quarto da população (mais de metade desta era maronita). Menos abertos aos avanços da medicina, mas também com uma taxa de natalidade inferior à dos maronitas, a sua importância relativa foi diminuindo desde o final do século XIX (Vallin, 1974: 1148). Por seu turno, a crescente implantação maronita na área costeira, a partir do século XIX, protegeu esta comunidade das fomes que devastavam sobretudo as planícies interiores (o vale da Bekaa), onde se encontrava grande parte das populações drusa e xiita. Além disso, o comportamento comunitário das comunidades cristãs, mais individualista quando tomado em comparação com o dos muçulmanos, bem como a sua estreita ligação às montanhas, no caso dos maronitas como referido, permite-lhes ora evitar o contato intracomunitário ora fugir das frequentes epidemias que matavam aos milhares nas maiores cidades costeiras. Deste modo, a mortalidade nas cidades, por doença, grassava sobretudo entre os muçulmanos sunitas, enquanto a fome afetava os muçulmanos xiitas e drusos nas montanhas e planícies (Fargues, 1992: 315).

Além disso, o então recente estatuto económico mais elevado dos maronitas favorecia-os, também, face às calamidades naturais. Estes, mais abertos à Europa do que os muçulmanos, alcançaram nas cidades a prosperidade económica no comércio com os europeus, prosperidade que a montanha lhes recusava e que contribuiu para manter a sua vitalidade demográfica no século XIX e inícios do século XX (Fargues, 1992: 318-319), intervindo, com certeza, com significância, no decréscimo da mortalidade infantil, nomeadamente.

Mas a mortalidade é ainda, neste período, juntamente com as movimentações migratórias, a variável determinante na configuração da população.

Do «Pequeno-Líbano» ao «Grande-Líbano»: a nova configuração demográfica

No «Pequeno-Líbano» a preponderância numérica dos cristãos seria inegável. Entre estes, eram os maronitas os mais numerosos. A proporção desta comunidade entre a população total seria de 62 por cento em 1846, de 76 por cento em 1861, de 57 por cento em 1895 e de 58 por cento em 1913. Observa-se já, todavia, uma diminuição percentual progressiva, não só dos maronitas, mas do conjunto dos cristãos, com 83 por cento da população em 1846 contra 79 por cento em 1913. Entre os muçulmanos, ao invés, o seu peso demográfico crescia. Constituindo 16 por cento da população do «Pequeno-Líbano» em 1846, seriam já 20 por cento em 1913 (ver quadro n.º 1). Apesar de todas as comunidades partilharem uma tendência de crescimento em termos absolutos, estas proporções evidenciam claramente um decréscimo demográfico relativo dos grupos cristãos (Vaumas, 1955: 580-581). É a emigração, que é sobretudo cristã, a responsável pela alteração dos valores populacionais neste período, como teremos a oportunidade de analisar.

Para reforçar o domínio maronita, presumidamente, visto que passaram a ocupar também o litoral, o espaço libanês é alargado (Fargues, 1992: 319). Sob o mandato francês, o território libanês amplia, em 1920, as suas fronteiras para os limites atuais do Líbano (10.170 km²). O «Pequeno-Líbano» teve uma dimensão de apenas 3.200 km² (Vallin, 1974: 1148).

No «Grande-Líbano», a percentagem de cristãos ter-se-á mantido ainda bastante superior à de muçulmanos sendo, respetivamente, de 62 e 36 por cento em 1846 - ver quadro n.º 2 - (83 e 16 por cento no «Pequeno-Líbano», respetivamente, no mesmo ano), valores que se mantinham em 1861 (contra 89 e 10 por cento, tomando o território do «Pequeno-Líbano»), de 64 e 34 por cento em 1895 (contra 80 e 20 por cento, no Monte-Líbano) e de 59 e 40 por cento em 1920 (contra 77 e 22 por cento neste ano, no *Mont-Liban*). Os cristãos representariam nada menos do que 30 a 35 por cento da população. Porém, observa-se já uma diminuição regular na proporção das comunidades cristãs em relação aos muçulmanos após 1895. Os cristãos, que ainda em 1920 representariam 59 por cento da população total, foram diminuindo o seu peso relativo, constituindo já somente 53 por cento em 1950 (Vaumas, 1955: 581-583).

O recenseamento realizado no território do «Grande-Líbano» em 1921 apresenta, para um total de 628 863 habitantes, 52,5 por cento de cristãos e 43,6 por cento de muçulmanos (os restantes incluem-se, na quase totalidade, nas categorias de estrangeiros, judeus ou «diversos»). Entre os muçulmanos (274 711 indivíduos), 45,4 por cento são

sunitas, 38,2 por cento são xiitas e 15,9 por cento são drusos (sendo os restantes 0,5 por cento respeitantes a alauitas e a ismaelitas). Entre os cristãos, verifica-se uma clara liderança demográfica dos maronitas, com uma percentagem de 60,3 por cento, seguindo-se os gregos-ortodoxos com 24,6 por cento, os católicos-gregos com 12,9 por cento, os protestantes com 1,3 por cento, os arménios (católicos, protestantes, ortodoxos e gregorianos) com 0,3 por cento e uma diversidade de confissões cristãs, entre as quais o catolicismo romano, com 0,6 por cento no total dos cristãos (Bernard, 1924: 74).

Mas o alargamento para o «Grande-Líbano» não vai permitir aos maronitas assegurar, por muito tempo, a sua maioria demográfica então tão evidente (Rondot, 1954: 84), apesar de, em 1950, constituírem ainda, provavelmente, a maior comunidade do país, representando cerca de 29 por cento da população total (Vaumas, 1955: 516).

Com a perceção do claro decréscimo da população cristã, no geral, por oposição ao já patente crescimento das populações muçulmanas, analisamos a possibilidade de politização dos valores demográficos, pela inclusão dos emigrantes (que mantém a nacionalidade libanesa), na sua grande parte cristãos, no censo de 1932, documento decisivo para a distribuição do poder político em 1943. Com esta inserção, a percentagem das diferentes comunidades altera-se de forma favorável para as populações cristãs.

Alargamento territorial: do «Pequeno-Líbano» ao «Grande-Líbano»

EQUILÍBRIO CONFSSIONAL DO «PEQUENO-LÍBANO»				
COMUNIDADE RELIGIOSA	1846	1861	1895	1913
Maronita	62%	76%	57%	58%
Grega-ortodoxa	8%	4%	14%	12%
Católica-grega	12%	3%	9%	7%
Cristãs (diversas)	---	4%	[<1%]	1%
Total (cristãs)	83%	89%	80%	79%
Sunita	3%	1%	3%	3%
Xiita	3%	1%	4%	5%
Drusa	10%	8%	12%	11%
Total (muçulmanas)	16%	10%	20%	20%
TOTAL POPULACIONAL	300.919	296.000	399.530	414.800

Fonte: Vaumas, 1955: 579.

Quadro nº. 1 – Equilíbrio confessional do «Pequeno-Líbano»

EQUILÍBRIO CONFSSIONAL DO «GRANDE-LÍBANO»								
COMUNIDADE RELIGIOSA	1846	1861	1895	1920	1932 (residentes + ausentes temporários)	1932 (+ emigrantes ainda com nacionalidade libanesa)	1943	1950
Maronita	---	42%	35,5%	33%	28%	30%	29%	29%
Grega-ortodoxa	---	14%	16,5%	17%	9%	10%	9,5%	10%
Grega-católica	---	6%	10%	7%	5%	6%	5,5%	6%
Arménia	---	---	[<1%]	[<1%]	4%	4%	6%	6%
Cristãs (diversas)	---	---	2%	1%	2%	2%	2%	2%
Total (cristãs)	62%	63%	64%	59%	50%	52%	52,5%	53%
Sunita	18%	15%	21%	19%	22%	21%	20%	20%
Xiita	3%	11%	4%	11%	19%	18%	18%	18%
Drusa	9%	9%	7%	5%	6%	6,5%	6%	6%
Muçulmanas (diversas)	6%	---	2%	3%	---	---	0,5%	---
Total (muçulmanas)	36%	36%	34%	40%	48%	46%	45%	45%
Judia	---	---	1%	---	1%	1%	0,5%	1%
TOTAL POPULACIONAL	418.151	487.500	806.077	838.705	793.426	860.829	1104.669	1267.579

Fonte: Vaumas, 1955: 582.

Quadro nº. 2 – Equilíbrio confessional do «Grande-Líbano»

Controlo dos números no Censo de 1932: a politização da análise demográfica

O censo empreendido em 1932 teve um papel determinante no processo de constituição do Estado libanês, pois a representação política das diferentes comunidades, determinada em 1943, baseou-se nos seus dados (Maktabi, 1999: 219).

Recentemente, vários são os autores que contestam os valores obtidos. Primeiramente, pouco se sabe sobre a forma como este foi organizado e executado. Igualmente preocupante são certas inclusões que evidenciam preocupações ideológicas e políticas que terão, sem dúvida, enviesado os resultados. Falamos da significativa atenção dada, nomeadamente, à população emigrante, na sua grande maioria cristã (1/4 dos valores apresentados - do total de emigrantes apenas 15 por cento pertencia a comunidades muçulmanas, por oposição a 85 por cento de emigrantes cristãos) (Maktabi, 1999: 221, 233). Sabemos também que os refugiados cristãos não tinham de provar a sua residência no território em agosto de 1924, altura da promulgação dos regulamentos concernentes à nacionalidade libanesa (no seguimento do Tratado de Lausanne, de julho de 1923), enquanto às comunidades muçulmanas, pelo contrário, foi exigida a apresentação de documentação que o assegurasse (cf. Maktabi, 1999: 228). Sendo assim, depreende-se que, provavelmente, nem toda a população muçulmana, residente no território, detinha a nacionalidade em 1932 e, deste modo, teria ficado excluída dos valores referentes à sua população.

Também os dados obtidos anteriormente à década de 1920 não podem ser considerados fidedignos. As populações da Grande Síria, onde se inseria então o território libanês atual, mostravam-se relutantes a responder a este tipo de inquérito, vendo aí um prelúdio de futuras movimentações militares ou de taxações, visto que durante o Império Otomano não terão existido censos puramente estatísticos ou administrativos. À época, os demógrafos parecem ter confiança nos recenseamentos realizados pelos franceses durante o seu mandato (bem como pelos ingleses, nas respetivas áreas de protetorado no Médio Oriente), mas não os consideravam, porém, tão precisos quanto os recenseamentos feitos então na Europa Ocidental (Bernard, 1934: 73).

No recenseamento executado pelos franceses no «Grande-Líbano» em 1921 foram incluídos os valores referentes aos indivíduos designados como «emigrantes que pagam impostos» (no território libanês) (Bernard, 1934: 74), o que não permite distinguir os inquiridos presentes *de facto* no Líbano quer de uma emigração temporária quer de uma emigração potencialmente definitiva, que ainda mantinha elos com o território, mantendo, nomeadamente, património imóvel. Ou seja, as potências europeias parecem ter-se esforçado para garantir uma predominância política cristã no Líbano e assim estabelecer uma aliança mais estável nesta área do mundo. Esta aparente manipulação dos dados favoreceu assim uma dominação cristã desde a fundação do Estado. Domínio este que tem um calcanhar de Aquiles: a base assimétrica em que se apoia a repartição do poder político pelas diversas comunidades está assente nos valores demográficos de cada uma das diferentes populações. Valores estes que estão, necessariamente, em constante devir.

Emigração e imigração anterior ao Censo de 1932

Um exame mais aprofundado dos valores do censo de 1932 mostra que a proporção maioritária dos cristãos no «Grande-Líbano», embora frágil, manteve-se pelo afluxo de arménios ao país (constituindo, isolados, 6 por cento da população total). Sem a imigração arménia e a inclusão censitária dos emigrantes, os cristãos já nem representariam 46 por cento da população em 1932, por oposição aos 59 por cento apresentados (Vaumas, 1955: 583-585). Isto é, já estariam então em minoria, embora pouco acentuada, em relação à população muçulmana.

A emigração é, à época, a grande responsável pelo esvaziamento demográfico da população cristã, sobretudo da maronita. Esta comunidade, em particular, estava fortemente representada entre os emigrantes. Quase metade das saídas era constituída por maronitas (na ordem dos 49 por cento) (cf. Maktabi, 1999: 236). Estes representavam apenas 28 por cento dos cidadãos residentes, incluindo as ausências temporárias. Quando, no censo de 1932, a população emigrante é acrescentada à população residente, os maronitas passam assim a representar 30 por cento da população libanesa, contra os 28 por cento referidos. Ao mesmo tempo, a inclusão da comunidade emigrante nos valores totais da população diminui as percentagens relativas das comunidades sunita e xiita: de 22 para 21 por cento e de 19 para 18 por cento, respetivamente (Vaumas, 1955: 582). Incluindo apenas a população residente *de facto*, isto é, sem a emigração pressupostamente temporária (sabemos que grande parte desta torna-se definitiva no caso libanês), os valores seriam ainda mais

desfavoráveis aos maronitas, em particular e aos cristãos, no geral.

País de forte emigração, que se intensifica a partir de 1885, de natureza sobretudo cristã e particularmente maronita como visto, já na década de 1920 1/4 da população do «Grande-Líbano» vivia fora do país (Bernard, 1924: 77), ou seja, quando o Líbano se institui como república parlamentar (em 1926) (Corm, 2005: 11). O saldo migratório manter-se-á negativo por longo tempo, com os valores da emigração bastante superiores aos da imigração.

Constatamos, portanto, a importância da imigração arménia para a legitimação de um domínio político cristão no Líbano. Verificamos também que a emigração (igualmente cristã, na sua grande maioria e essencialmente maronita) podia ter colocado em causa esse ascendente, o que terá conduzido à inclusão da população emigrante no total da população. Mais tarde, a imigração palestina, seguindo-se à guerra israelo-árabe de 1948, vai ter um papel fundamental na recomposição demográfica e, deste modo, na destabilização social e política do país, como teremos a oportunidade de analisar.

O sistema político multiconfessional

Em território libanês, em virtude do costume, as altas funções civis e militares seriam distribuídas pelos notáveis das comunidades religiosas. Até à queda do Império Otomano são os altos representantes das grandes famílias do «Pequeno-Líbano» (maronitas, drusos e xiitas) que jogam sucessivamente um papel político dominante. Os sunitas e os gregos-ortodoxos, localizados sobretudo nas cidades costeiras, não constituem atores políticos até 1920, aquando da constituição do «Grande-Líbano» (Corm, 2005: 11-16).

O *Estado* independente que foi o «Pequeno-Líbano», maioritariamente cristão, torna-se verdadeiramente multi-comunitário com o seu alargamento, na década de 1920, sem uma maioria ainda bem definida (Rondot, 1954: 84). Eram, porém, reconhecidos e protegidos os cultos religiosos ditos históricos. Estas comunidades eram 17 à época, mas as que irão deter futuramente o poder político reduzem-se a sete - as com maior peso demográfico: maronitas (cristãos), sunitas (muçulmanos), xiitas (muçulmanos), gregos-ortodoxos (cristãos), drusos (muçulmanos), gregos-católicos (cristãos) e arménios (cristãos), estes últimos presentes em território libanês sobretudo após os massacres da sua população em 1914-1915, na região hoje turca. O Líbano torna-se assim herdeiro do pluralismo que caracterizou o Império Otomano. Recentemente, o Estado libanês reconheceu ainda, oficialmente, a comunidade alauita (muçulmana), resultado da intervenção síria nos assuntos libaneses desde o fim da guerra civil de 1975-1990 (Corm, 2005: 11-16). Esta constitui mais uma contradição num sistema deveras frágil, pois apresenta um peso demográfico muito reduzido e é produto do movimento imigratório do pós-guerra.

A perda do poder internacional da França após a Segunda Guerra Mundial, juntamente com um contexto de Guerra Fria, de Panarabismo e de conflito israelo-palestiniano, vai motivar novas alianças, que enfraquecem os maronitas e fortalecem outras comunidades, como a xiita, após a independência do Líbano em 1943. O poder político dos cristãos seria, portanto, afetado por várias alterações do equilíbrio geopolítico regional e internacional.

O *Pacto* estabelecido entre as comunidades residentes no Líbano, no amanhecer da independência de 1943, enquadrou-se numa moldura ideológica de transcomunitarismo, reforçando a prática já existente de distribuição política em função da repartição confessional e apoiando-se, a este respeito, no censo de 1932 (que, como vimos, engrandeceu os valores demográficos das comunidades cristãs, incluindo os valores da emigração).

Por esta convenção, os cristãos renunciariam à proteção colonial francesa e os muçulmanos abandonariam qualquer reivindicação de uma união sírio-libanesa ou qualquer outra de cariz panarábico (Corm, 2005: 30). Mas o designado «Pacto Nacional» não constituiu nunca, porém, um obstáculo eficaz às manipulações e desestabilizações diversas que permearam a sociedade libanesa, num contexto geopolítico regional deveras instável. Prova disso é a guerra civil que rebenta em 1975, para a qual contribuiu, essencialmente, a pressão exercida pela imigração em massa da população refugiada palestina (sunita, na sua grande maioria), que se recolhe (também) em território libanês, logo após a guerra que se segue à declaração de independência de Israel e, novamente, após os conflitos entre os refugiados palestinianos na Jordânia e os nativos árabes desse território (o Líbano constituiu, juntamente com a Jordânia, o principal reduto desta população. Ambos os países fazem fronteira com Israel/Palestina). A imigração de uma larga população maioritariamente sunita vai abalar o equilíbrio de forças no Líbano. Os xiitas serão os primeiros a combater a presença palestina, pois habitam as regiões libanesas do sul, ocupadas entretanto pelos refugiados, mas rapidamente são seguidos pelos

maronitas.

Com o Pacto Nacional de 1943, os maronitas obtiveram a Presidência da República, os sunitas a liderança do governo e os xiitas a direção da Assembleia. O Presidente detinha a nomeação de sete dos 16 membros do Senado e o poder executivo, juntamente com a nomeação dos ministros. A Câmara de Deputados era composta por 99 elementos, repartidos entre 54 cristãos (30 maronitas, 11 gregos-ortodoxos, seis gregos-católicos, quatro arménios ortodoxos, um arménio católico, um protestante e um cristão de outra confissão - variável) e 45 muçulmanos (20 sunitas, 19 xiitas e seis drusos). Os postos administrativos eram repartidos numa relação de 6/5, favorável aos cristãos (Feki & Ficquelmont, 2011: 40, 50-52).

Esta fórmula durou até ao rebentamento da guerra civil em 1975. Os Acordos de Taëf de 1989, que contribuíram para o fim do conflito, modificam a repartição confessional dos assentos nas Câmaras e dos postos administrativos. O número de deputados aumenta, repartido mais equitativamente entre cristãos e muçulmanos: 64 lugares a partilhar entre comunidades cristãs e igual número a distribuir pelas muçulmanas. Os maronitas mantêm, todavia, o maior número de lugares (34) em relação às restantes confissões (ver quadro n.º 3). A nível administrativo, o critério confessional – que determinava o número de cargos públicos por confissão – seria substituído (supostamente) pelo critério de qualificação e especialização (Feki & Ficquelmont, 2011: 54). Também uma parte do poder interventivo do Presidente (maronita, como vimos) passa para o Primeiro-Ministro (um muçulmano sunita) (Maktabi, 1999: 220).

COMUNIDADE RELIGIOSA	ANTES DE TAËF	DEPOIS DE TAËF
Maronita	30	34
Grega-ortodoxa	11	14
Grega-católica	6	8
Arménia-ortodoxa	4	5
Arménia-católica	1	1
Protestante	1	1
Outras (cristãs)	1	1
Total (comunidades cristãs)	54	64
Sunita	20	27
Xiita	19	27
Drusa	6	8
Alaunita	-	2
Total (comunidades muçulmanas)	45	64
TOTAL	99	128

Fonte: Feki & Ficquelmont, 2011: 52-53.

Quadro n.º 3 - Distribuição dos lugares por confissão na Assembleia de Deputados

Medição da população como tabu

A continuação de um sistema de repartição do poder político assente no peso demográfico das diferentes comunidades religiosas pressupunha, sem dúvida, uma avaliação periódica dos valores demográficos. No entanto, a intensa disputa pelo governo que se instituiu com este modelo politizou, definitivamente, a análise demográfica e transformou a medição das diferentes populações em verdadeiro tabu.

Deste modo, não é realizado, desde 1932, qualquer censo à população libanesa, embora pequenos estudos tenham sido autorizados ao longo dos anos, estudos esses que raramente incluem a variável confissão religiosa, fundamental para o entendimento da evolução demográfica das diversas comunidades. O potencial afastamento do equilíbrio demográfico das várias populações apresentado no censo de 1932, documento que fundamentou e legitimou a assimetria do poder político entre as diversas confissões como visto, parece, à partida, ser o motor da conflitualidade social e política no país. Sendo assim, procuramos, em seguida, deslindar a recomposição demográfica da população libanesa.

Evolução demográfica da população libanesa

Ao aumento veloz do número de cristãos no século XIX sucede-se um impulso demográfico tremendo por parte dos muçulmanos. Em 1975 estimava-se que estes representariam já cerca de 55 por cento do total da população (Heyberger, 2003: 150) e a recusa, desde então, sobretudo por parte dos maronitas, da execução de um recenseamento geral reforça a suspeita da dominação dos números por parte da população muçulmana.

A mortalidade deixou há muito de ser o elemento determinante da composição demográfica no Líbano e a nova configuração socioeconómica da maioria dos maronitas, engrossando as classes médias como veremos, traduziu-se num comportamento natalista mais retraído. Ainda, a emigração, tradicionalmente cristã, mantém-se em valores elevados e foi intensa inclusive durante o período de guerra civil (1975-1990). Deste modo, ter-se-á dado uma inversão notável: os muçulmanos parecem agora liderar o crescimento demográfico (Fargues, 1992: 316). A população cristã estagna, portanto. À emigração massiva dos jovens cristãos (embora os dados sobre a faixa etária dos emigrantes sejam insuficientes, a emigração é, no geral, jovem e masculina à partida, fenómeno que se intensificará, certamente, no mundo árabe, por motivos culturais e religiosos), junta-se o colapso da sua natalidade, fruto da sua ingressão maioritária nas classes médias. A emigração tem ainda um efeito duplo: não só reduz de imediato os efetivos da população como exporta o potencial natalista destes jovens para os países de acolhimento. Trata-se, portanto, de uma dupla perda, neste sentido.

A emigração terá mantido, entre 1920 e 1950, os percentuais da população total sem grandes alterações. A mudança é sobretudo qualitativa: as principais mutações dizem respeito, por um lado, aos maronitas, com um decréscimo de 33 para 29 por cento e aos gregos-ortodoxos, que passaram de 17 para 10 por cento e, por outro lado, aos xiitas, com um crescimento significativo de 11 para 18 por cento (ver quadro nº. 2).

Os cristãos libaneses ter-se-ão tornado minoritários em virtude também da implantação, em território libanês, de um grande número de refugiados palestinianos, muçulmanos na sua grande maioria, após o conflito israelo-árabe (Corm, 2005: 167). Em 1924, cerca de 80 por cento da população palestiniana seria sunita, enquanto os cristãos palestinianos estariam na ordem dos 10 por cento (Bernard, 1924: 78). Estima-se ainda que mais de 90 por cento dos palestinianos que se refugiaram no Líbano seguem a confissão sunita (Heyberger, 2003: 146). Os palestinianos cristãos (e, sobretudo, os de confissão judaica) foram mais facilmente incorporados no novo Estado israelita, rejeitado pelos muçulmanos. No Líbano, perante um sistema onde o poder político está, como vimos, distribuído numa base comunitária, estes tornaram-se imediata e naturalmente adversários das restantes comunidades libanesas com assento parlamentar.

As décadas de 1960 e 1970 parecem ser aquelas em que a recolha de informação sobre a população foi mais reprimida, resultado certamente da escalada de tensão interna, fruto da imigração palestiniana e da conseqüente agitação política vivida com Israel, culminando na guerra civil. Este período de conflito, de 1975 a 1990, foi obviamente nulo em termos de recolha de dados populacionais. Em 2006, porém, o Instituto do Mundo Árabe (Institut du monde árabe) apresenta a seguinte repartição confessional das comunidades maioritárias:

- Cristãos: 40 por cento da população - contando com 25 por cento de maronitas, 7 por cento de gregos-ortodoxos, 5 por cento de gregos-católicos e 4 por cento de arménios;
- Muçulmanos: 60 por cento da população - 32 por cento de xiitas, 21 por cento de sunitas e 7 por cento de drusos.

Estes valores exigem-nos, evidentemente, uma grande cautela. A sua fonte é governamental e, deste modo, a manipulação dos números é uma possibilidade (Feki & Ficquelmont, 2011: 46), o que poderá apontar para um ainda maior desequilíbrio demográfico entre as três principais comunidades (maronita, sunita e xiita). Sabemos também que não se apoia em estudos alargados, sendo facilmente desacreditados por qualquer uma das comunidades.

Pela sua importância na estabilidade social e política do país, torna-se indispensável perceber os mecanismos de evolução demográfica que alteram a configuração das diferentes comunidades. Avaliaremos agora, com mais calma, o processo de recomposição demográfica, na sua generalidade e o que concerne a cada comunidade, na sua especificidade.

As variáveis demográficas

As variáveis demográficas responsáveis pelas variações na população são de três tipos: mortalidade, natalidade e migrações. Esta última abrange três aspetos distintos: a emigração, a imigração e as migrações internas. A demografia ocupa-se também dos efeitos que estas variáveis têm na configuração global e estrutural de uma população. Ainda, para esta ciência social não é suficiente conhecer o estado da população, isto é, descrever o seu aspeto estático, definido num determinado contexto temporal. É primordial para este campo de conhecimento saber quais as mudanças ocorridas nos elementos que caracterizam o estado de uma população e qual a intensidade e tendência dessas transformações (Nazareth, 2004: 46-47).

Mas medir qualquer indicador demográfico num país como o Líbano, sem um censo atualizado ou estudos aprofundados sobre as alterações ou as movimentações das diversas populações que a constituem, torna-se bastante problemático, mas não impossível. Com engenho, alguns autores conseguiram tirar conclusões sobre dados à partida insuficientes. Apoiamo-nos nestas recolhas, bem como nas suas conclusões, para entender a evolução demográfica da população libanesa. O processo de análise desses dados não constitui, todavia, objeto deste trabalho.

Mortalidade

A mortalidade seria ainda bastante elevada em 1918, quando marinheiros franceses desembarcam em Beirute, no fim da Primeira Guerra Mundial. Mas em termos estruturais, esta deveria ser já idêntica à que se verificou na Europa a partir do século XVIII, ou seja, revelando já um acentuado decrescimento, apesar da ocorrência de periódicas epidemias ou fomes, como era o caso na Beirute do pós-Primeira Grande Guerra. A partir dos dados apresentados por um recenseamento realizado cinco anos mais tarde, a população do «Pequeno-Líbano» teria perdido, à custa da fome que grassou toda a região durante a guerra, cerca de 40 por cento da sua população (Bernard, 1924: 74-76).

Com a melhoria generalizada das condições sanitárias e de vida, a mortalidade tende a tornar-se variável neutra ou quase-neutra, sendo esta última a opção mais realista num território como o libanês, onde não existe um Estado-Providência e onde o saneamento público ou o acesso à saúde passam pelas instituições criadas pelas diferentes comunidades e, portanto, assaz desigual, sobretudo se tomarmos em conta a variante regional. Mas a taxa de mortalidade terá, ainda, um impacto considerável no total da população (não existem dados precisos no que concerne às diferentes confissões) no período entre 1975 e 1990, aquando da guerra civil libanesa. As perdas foram estimadas em cerca de 100 mil (mortos e desaparecidos) (Attané & Courbage, 2001: 96). O ambiente de guerra mantém-se ainda, na atualidade, contra o Estado de Israel, no sul do Líbano, habitado maioritariamente por xiitas e por refugiados palestinianos. Este conflito, assumido pelo Hezbollah, a frente armada xiita, cobra, anualmente, um número considerável de mortes entre estas populações. A exemplo disso, a guerra entre israelitas e xiitas e palestinianos no verão de 2006 terá colhido mais de um milhar de vítimas. Mas este não é, contudo, o único fator a desencadear uma maior mortalidade entre a população xiita. Acrescenta-se o estatuto socioeconómico desfavorecido da grande maioria dos elementos desta comunidade, como examinaremos, como componente potenciador.

Ainda em inícios da década de 1970 parece existir um grande diferencial entre as taxas de mortalidade infantil de muçulmanos e cristãos, em desfavor dos primeiros (Fargues, 1992: 316). Tiveram aqui intervenção, sem dúvida, como teremos oportunidade de desenvolver, fatores como a localização geográfica, o nível de instrução e a condição socioeconómica. É sabido também que a mortalidade infantil entre os palestinianos tem alguma significância em território libanês (Khawaja, 2003: 314), embora não existam dados completos, mas apenas algumas comparações entre as populações palestinianas dos principais países de acolhimento no Médio Oriente.

Pese embora a maior incidência de mortalidade entre as populações muçulmanas, sobretudo a de confissão xiita e a de *nacionalidade* palestiniana, a mortalidade deixou, enfim, a nível estrutural, de ser causa de desequilíbrio demográfico. A nível do saldo natural, é a natalidade, como veremos, que se torna o elemento fundamental na dinâmica da repartição comunitária. O saldo migratório, quer a nível da imigração, sobretudo palestiniana, quer a nível da emigração, tendencialmente cristã, joga também um papel essencial na reestruturação das diversas comunidades.

Emigração e imigração posterior ao Pacto Nacional de 1943

Existe um grande desconhecimento sobre a emigração posterior ao Pacto Nacional de 1943. Embora sem dados fidedignos que o confirmem, a emigração, pensa-se, manteve, na generalidade, um rosto cristão. Seguem-se os sunitas, embora com grande distância, certamente, em termos de valores totais. Esta emigração desigual entre comunidades deve-se sobretudo à relação estreita com o Ocidente, por parte das populações cristãs e ao nível de instrução mais elevado destas, bem como da comunidade muçulmana sunita, como veremos. Serão assim os mais aptos, à partida, entre a população libanesa, a procurar melhores condições de vida no estrangeiro.

O Líbano viveu um período de grande crescimento económico nas décadas de 1950 e 1960, o que terá abrandado, seguramente, abrandado as saídas do país. Contudo, o efeito demográfico da guerra de 1975-1990 foi tremendo no que diz respeito à emigração, com um milhão de partidas durante este período (Attané & Courbage, 2001: 96). Deste modo, em 1994, a população libanesa é revista em baixa pela ONU, atribuindo-lhe 2 555 000 habitantes, contra os 2 740 000 habitantes previstos dois anos antes. Antes da guerra esperava-se um aumento populacional, contando-se com um total de 3 490 000 habitantes em 1990 (Courbage, 1995: 189). Em 2000, todavia, o Líbano ainda não tinha atingido esse valor, contabilizando apenas cerca de 3 200 000 habitantes (incluindo os nativos residentes e os estrangeiros, mas excluindo, contudo, os trabalhadores sírios – pois somente lhes era permitida uma residência temporária - e os refugiados palestinianos) (Attané & Courbage, 2001: 96). A emigração parece ser a culpada da morosidade do crescimento populacional. Pelo seu vigor e consistência, esta continuou a representar uma séria ameaça às ambições políticas das comunidades cristãs libanesas, bem como representa, sem dúvida, um grande obstáculo ao desenvolvimento geral do país.

A imigração para território libanês, posterior à constituição do Pacto Nacional de 1943 (que determinou, relembramos, a repartição política entre as comunidades mais representadas demograficamente), é apenas significativa no caso dos refugiados palestinianos. Estes começam a chegar ao território em 1948, aquando da fundação do Estado de Israel. Não existem valores concretos sobre esta movimentação, mas sabe-se que no período de guerra civil (1975-1990) muitos terão abandonado, conseqüentemente, o território libanês. De acordo com a ONU, em abril de 1994 eram ainda cerca de 335 mil os palestinianos encontrar-se-iam ainda no Líbano (cf. Maktabi, 1999: 321). Correspondendo a mais de 10 por cento da população total libanesa, mesmo após o fim da guerra, torna-se inegável a desestabilização que a imigração palestinianiana infligiu à sociedade libanesa. Ainda hoje é patente, mediante a ausência desta população no Líbano, a recusa à sua permanência em solo libanês: a comunidade palestinianiana, no seu todo (cristãos e muçulmanos), não tem acesso à nacionalidade libanesa (concedida em vários países-refúgio do Médio Oriente), à educação ou ao trabalho (legal), mantendo o estatuto de refugiada e habitando, na generalidade, os *campos* supervisionados pela ONU.

Vejamos então o comportamento demográfico da população palestinianiana no Líbano, sendo este nova e potencialmente desestabilizador do frágil equilíbrio sociopolítico do país.

A população palestinianiana em território libanês

O peso desta população, na ordem dos 10 por cento do total populacional libanês, de confissão sunita na sua grande maioria e com taxas elevadas de natalidade, pode explicar porque, até hoje, o Líbano, perante um sistema parlamentar assente nas assimetrias demográficas, recusa-se a absorver esta população, ao contrário da Síria ou da Jordânia. A presença da comunidade palestinianiana no Líbano complica a questão da repartição do poder político, não obstante o seu (não resolvido) estatuto de refugiada em território libanês (Maktabi, 1999: 240).

Os refugiados palestinianos são considerados estrangeiros pelo governo libanês, bem como a sua descendência já nascida no Líbano. É-lhes impedido o acesso legal ao trabalho, bem como aos serviços de saúde - o que poderá implicar, nomeadamente, uma mortalidade potencialmente mais elevada entre esta população, sobretudo a infantil - e às escolas libanesas, o que poderá intervir no planeamento familiar, pela influência que a instrução, sobretudo feminina, tem a este respeito.

É o fator político, o conflito israelo-palestinianiano, que é apontado com frequência, no geral, como explicação para a persistente alta natalidade entre os palestinianos. Segundo esta perspetiva, o volume populacional é um importante argumento ideológico e poderá, de futuro, ser usado «*como arma privilegiada na luta contra a ocupação [israelita]*» (Courbage, 1994: 237). Porém, uma abordagem mais individualista e psicológica (na ordem da Teoria da Capilaridade Social)

poderá encontrar nas motivações individuais a explicação para a grande diversidade de atitudes perante a natalidade entre esta comunidade. Mas atribuindo ou não ao indivíduo um papel mais ativo dentro da estrutura, o fato é que este está fortemente condicionado pelos aspetos estruturais. Deste modo, atentemos às condicionantes socioeconómicas impostas às refugiadas palestinianas em território libanês e à sua articulação com o comportamento natalista deste grupo.

O Líbano é o país onde a taxa de natalidade entre os refugiados palestinianos é a mais baixa. Porém, não parece ser a variável escolaridade, como comumente é, a intervir neste fenómeno. O nível educacional desta comunidade no Líbano é, aliás, o mais baixo, comparativamente às populações palestinianas em território palestiniano ou jordano, nomeadamente. É sobretudo a emigração masculina, decorrente do acesso restrito ao mercado de trabalho libanês, que parece explicar o celibato de cerca de 37 por cento das mulheres palestinianas que vivem nos campos de refugiados no Líbano (Khawaja, 2003: 313, 324-329).

Além disso, estudos indicam que, em todos os países com refugiados palestinianos, estes têm uma propensão maior que os não-refugiados para adiar o matrimónio, certamente pela maior instabilidade vivida, a vários níveis. Esta elevação da idade da mulher no casamento significa um atraso da maternidade e repercute-se necessariamente numa menor fecundidade. A idade média do primeiro casamento das refugiadas palestinianas no Líbano, com idades entre 15 e 44 anos, variou em vários locais mas foi sempre superior a 25,6 anos, mais elevada do que nos restantes países de acolhimento (Khawaja, 2003: 331), o que pode explicar um menor número de nascimentos no seio desta comunidade em território libanês, em comparação com os outros países-refúgio. Mesmo assim, as mulheres palestinianas, no Líbano, tendem a casar-se, em termos médios, mais precocemente do que as mulheres com nacionalidade libanesa, como abordaremos e tal pode explicar uma taxa de natalidade que se revela superior à média da população libanesa.

Entre 1991 e 1994, o número de filhos por mulher varia entre 3,9, para as mulheres palestinianas que habitam nos campos de refugiados do Líbano e cerca de 8, no caso das palestinianas que vivem fora destes (cf. Khawaja, 2003: 320). Nos territórios da Jordânia e da Cisjordânia dá-se o fenómeno inverso: a natalidade entre as refugiadas palestinianas é mais elevada no interior dos campos do que no seu exterior. Nestas regiões, as que habitam nos campos de refugiados são geralmente as mais desfavorecidas a nível económico e educacional. Todavia, no Líbano, a população palestiniana não tem fácil acesso à educação nem ao trabalho, mesmo vivendo fora dos campos de refugiados. Aliás, as que ocupam esses campos podem mesmo ser beneficiadas no que concerne aos serviços de saúde e de educação, prestados, nomeadamente, pela ONU. É este apoio na saúde, neste caso no planeamento familiar, que parece explicar porque as refugiadas palestinianas, em território libanês, constituem uma exceção. Visto que a baixa de fecundidade observa-se entre todas as faixas etárias no interior dos campos de refugiados, este fenómeno pode indicar o uso de contraceção, para espaçar os nascimentos (Khawaja, 2003: 321-322). É sabido, aliás, que a utilização de métodos de contraceção moderna entre as refugiadas palestinianas no Líbano é elevada, mesmo entre as mulheres casadas (na ordem dos 53 por cento) (cf. Khawaja, 2003: 334). De fato, a UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East) distribui contraceção nestes campos (Khawaja, 2003: 322, 337).

Apesar do seu estatuto marginalizado no Líbano, as mulheres palestinianas que vivem no interior dos campos de refugiados têm revelado um comportamento paralelo às mulheres com nacionalidade libanesa, relativamente ao decréscimo da fecundidade: apresentaram uma média de 4,5 filhos por mulher no período de 1987 a 1990, de 3,9 entre 1991 e 1994 e de 3,03 entre 1995 e 1998 (Khawaja, 2003: 321). Novamente, o apoio da UNRWA, no que toca aos serviços de educação prestados aos refugiados, pode, juntamente com os meios de contraceção fornecidos, explicar esta baixa de fecundidade.

Deste modo, também a população palestiniana no Líbano, na sua generalidade, parece acompanhar, em média, o processo de transição demográfica já patente em praticamente toda a sociedade libanesa, como veremos. Sendo assim, os seus valores relativos tenderão a estabilizar-se e este grupo poderá passar a ser visto com menor apreensão por parte das comunidades menos fecundas, pelo menos enquanto se mantiver sob proteção internacional, visto que as palestinianas que vivem fora dos campos de refugiados tendem a apresentar uma fecundidade mais elevada, idêntica à das mulheres xiitas, como veremos.

Nupcialidade, fecundidade e natalidade entre as libanesas

A nupcialidade não constitui uma variável demográfica autêntica, visto que o seu aumento ou a sua diminuição não alteram diretamente o estado da população. A importância desta reside na sua relação com a fecundidade e com a natalidade (Nazareth, 2004: 46). Esta ligação é muito estreita numa sociedade tradicional como a libanesa, embora estejam já presentes fatores de modernidade largamente intervenientes, como a contraceção.

Mais uma vez, existem poucos estudos disponíveis sobre a evolução da nupcialidade e da fecundidade no Líbano, mas os existentes parecem apontar para uma forte associação entre ambas as variáveis e para uma tendência decrescente da fecundidade, tendo como principais fatores para esse decréscimo a idade média do primeiro casamento, mais elevada do que no passado - 23,2 anos em 1970 versus 28 anos em 1996 - e a percentagem de celibato de cerca de 7 por cento para ambos os sexos. O índice de fecundidade total por casamento, sendo de cerca de 5,7 filhos para o período de 1958 a 1963, decresce para 4,7 filhos já em 1973 (Vallin, 1974: 1230). Em 2000, o valor médio de fecundidade das mulheres libanesas é já o mais baixo do mundo árabe, um pouco superior aos 2,1 filhos por mulher que asseguram a substituição geracional. Contudo, entre as mulheres que completaram o ensino secundário ou o superior os valores relativos à fecundidade não permitem já a substituição de gerações (1,74 filhos por mulher) (Attané & Courbage, 2001: 96-97).

Esta baixa de fecundidade é associada à maior escolarização das mulheres (a maioria encontra-se entre os grupos mais instruídos da sociedade libanesa), ao seu maior envolvimento na vida profissional, bem como ao elevado grau de urbanidade da população em geral (Fargues, 1992: 317). Ainda, segundo o «Inquérito libanês sobre a saúde da mãe e da criança» (ELSME), em 1996 60 por cento das mulheres casadas usavam métodos contraceptivos, o que pode explicar um maior espaçamento entre gravidezes. Outros estudos apontam para a utilização, por parte de 99 por cento das mulheres solteiras libanesas em idade fértil, de, pelo menos, um método contraceptivo. Entre eles, a pílula, tal como os preservativos, é vendida livremente no Líbano pelo menos há quase duas décadas (cf. Rizkallah & Moneim, 1997: 1225).

Contudo, e sem surpresa, os valores relativos quer à fecundidade quer à natalidade divergem em função da confissão. Utilizando as estatísticas da década de 1970 relativamente aos batismos dos maronitas e de outras comunidades libanesas ditas católicas, estima-se que, entre estas, a taxa de natalidade, nomeadamente, fosse então de 25 nascimentos por cada mil habitantes, enquanto entre as comunidades muçulmanas esta taxa rondaria os 42 nascimentos, quase o dobro portanto (cf. Bourgey, 1974: 383-384). Relativamente à fecundidade, duas regiões de forte implantação xiita revelaram, já em inícios da década de 1980, valores potencialmente preocupantes para outras comunidades: uma média de 7,9 filhos por mulher no sul do país e uma de 6,9 no vale da Bekaa. No mesmo período, os cristãos apresentavam uma média de 3,08 filhos (ao fim de 15 anos de casamento) (cf. Fargues, 1992: 320). Alguns estudos parecem indicar que os muçulmanos se casam, em média, mais cedo do que os cristãos, o que resulta numa fecundidade geral mais elevada (Vallin, 1974: 1149).

Nenhum dos estudos realizados na sociedade libanesa nos fornece, no geral, dados diferenciais suficientes para percebermos a realidade concreta das diversas comunidades. Também nenhum estudo atual permite avaliar a evolução das tendências identificadas. Mas o Líbano encontra-se, sem dúvida, em fase de transição da natalidade, que começou bem cedo entre os cristãos, mas que se suspeita ter sido, também, rapidamente seguida pelos muçulmanos sunitas (veremos as semelhanças entre estas duas comunidades a nível socioeconómico), mas que não terá afetado ainda grande parte da população xiita.

É o diferente comportamento natalista das diversas confissões que constitui o motor da reconfiguração demográfica das várias comunidades, pondo em cheque todo o sistema político, praticamente inalterado desde 1943. Nesta sociedade, sem grande movimentação no que concerne às escolhas matrimoniais ou à mobilidade social, a desigualdade do crescimento natalista só tende a acentuar-se, resultando numa inevitável fonte de desequilíbrio e instabilidade socio-política, pois certas comunidades encontram no seu número de efetivos real razão de inquietude.

Efeito de classe, escolaridade e urbanidade no comportamento natalista

Parece existir uma relação estreita entre confissão e classe social na sociedade libanesa. Estas não se sobrepõem completamente, mas a correlação entre as duas variáveis terá de constituir mais do que mera coincidência. Existe também uma ligação apertada entre as variáveis classe, escolaridade e urbanidade. Vejamos.

No Líbano, as grandes fortunas encontram-se sobretudo nas mãos de uma minoria constituída pelas grandes famílias xiitas do meio rural e pelos grandes proprietários urbanos, na sua maioria sunitas, mas também gregos-ortodoxos. Os maronitas ocupam, essencialmente, as classes médias e os xiitas as classes mais desfavorecidas (Corm, 2005: 179). Nas classes médias parece incluir-se também, sobretudo, grande parte dos gregos-ortodoxos (nas áreas burocrática e científica) e uma parte considerável dos sunitas (particularmente no comércio).

Sem dúvida que as diferenças confessionais, a que se acrescenta o respetivo percurso histórico das várias comunidades em território libanês, estiveram na origem das disparidades socioeconómicas. Não propriamente pela variável religião em si, mas, por um lado, pela maior ligação ao Ocidente das comunidades cristãs, sobretudo dos maronitas, o que lhes permitiu não só uma maior representação política, mas também um melhor posicionamento comercial e uma maior escolarização, como visto e, por outro lado, pela localização geográfica das diferentes populações: a precedência no litoral (onde se encontram as maiores cidades) permitiu a constituição de grandes fortunas entre os sunitas e os gregos-ortodoxos e a precedência no interior facilitou o mesmo às grandes famílias de estrutura feudal xiita, sobretudo com a partida posterior dos maronitas; esta precedência no litoral dos sunitas, dos gregos-ortodoxos e, posteriormente, dos maronitas, permitiu ainda a estas comunidades o acesso a um mercado laboral mais favorável, bem como às instituições escolares, particularmente no caso das comunidades cristãs, como referido. O êxodo tardio de grande parte da população rural xiita colocou-a na posição mais desfavorecida do mercado laboral, a que se acrescenta a desvantagem da fraca escolarização destes trabalhadores, com um passado agrícola. O efeito geracional, no que diz respeito à instrução formal, aliado ao seu fraco estatuto socioeconómico, parece ter limitado as aspirações desta comunidade no seio da sociedade libanesa.

Estimou-se que no início do século XXI, 30 por cento da população libanesa vivia no limiar da pobreza ou abaixo dele (Corm, 2005: 11). Esta população carenciada é sobretudo xiita, não só a que ocupa as zonas rurais do vale da Bekaa, mas também as do meio urbano, habitando os subúrbios das cidades principais e ocupando os postos de trabalho menos atrativos. Sem dados recentes, estima-se, contudo, que o grau de escolarização desta comunidade terá permanecido abaixo da restante população (até pelo efeito geracional, sobretudo numa sociedade fechada como a libanesa) e terá tido, sem dúvida, um papel fundamental no seu atual posicionamento socioeconómico desfavorecido: em 1971, um inquérito determinava que 1/3 da população xiita masculina era analfabeta, bem como 2/3 das mulheres xiitas (Feki & Ficquelmont, 2011: 44). As diferenças eram já claras, neste período, entre a generalidade da população cristã e a maioria da população muçulmana: enquanto quase 60 por cento destes nem sequer tinha completado o ensino primário, apenas 28 por cento dos cristãos encontrava-se na mesma situação. Também 34 por cento dos cristãos tinha, pelo menos, iniciado o ensino secundário, contra apenas 15 por cento dos muçulmanos (Dubar, 1974: 319).

A população xiita parece ter sido refém do fenómeno de péri-urbanização, que reforça a sua desigualdade em termos de desenvolvimento. Desenraizadas, pelo afastamento dos seus territórios tradicionais – afastamento forçado do sul, pela invasão israelita que se manteve até 2000, mas também forçoso das regiões interiores, pela ausência de condições de sobrevivência – a natalidade desta população revela-se superior, como vimos, nos subúrbios de Beirute em comparação ao vale da Bekaa, refúgio ancestral desta comunidade. A localização geográfica revela e acentua, de fato, as diferenças socioeconómicas: as regiões mais pobres e menos urbanizadas são de maioria muçulmana, sobretudo xiita (sul do Líbano ou a Bekaa Ocidental). Por outro lado, os bairros mais ricos de Beirute são de maioria cristã (maronita e grega-ortodoxa), mesmo que uma velha burguesia sunita ainda ocupe aí um lugar privilegiado. Deste modo, as classes médias são cada vez mais predominantemente cristãs, enquanto as classes populares são constituídas numa proporção cada vez mais relevante de muçulmanos, sobretudo de confissão xiita (Dubar, 1974: 317-319).

Os maronitas conseguiram ultrapassar o obstáculo da ruralidade, aspeto que parece ter travado grande parte da população xiita, não só pela permanência mais precoce nas cidades, mas sobretudo pela clara vantagem educativa, que lhes permitiu uma grande mobilidade social (ascendente) no meio urbano. Estes dois fatores, escolaridade e urbanidade, vão ser fundamentais na construção de um estatuto socioeconómico elevado entre a comunidade maronita, favorecido ainda pelo poder político que obteve aquando da independência e que conseguiu manter até à atualidade.

A urbanidade tem, tal como a escolaridade, um impacto substancial no comportamento natalista, no sentido decrescente, quer pelas oportunidades criadas à mobilidade social ascendente (o que leva, tendencialmente, à convergência dos recursos num menor número de filhos) quer pelas exigências de uma vida laboral mais intensa. Uma parte considerável das jovens mulheres libanesas começou, recentemente, a avançar para o mercado de trabalho, sobretudo em Beirute.

Em 1974, antes da guerra civil, o Líbano era já essencialmente urbano, com 61 por cento da sua população residindo em cidades com mais de 5 000 habitantes. A Grande Beirute representava quase 70 por cento da população urbana e o resto do território contava, principalmente, com localidades com menos de 2 000 habitantes (Vallin, 1974: 1149). No início do século XXI, já 76,8 por cento da população libanesa residia em meio urbano (Attané & Courbage, 2001: 97).

Não surpreende, portanto, que o Líbano tenha entrado em fase de transição demográfica, com o crescente declínio da natalidade, visto que a grande maioria da sua população habita nas cidades, residindo ainda uma parte considerável desta na capital. A residência em meio urbano facilita o acesso às oportunidades profissionais e estas conduzem, entre as classes médias, à expectativa de mobilidade social ascendente, levando à concentração dos recursos familiares, muitas vezes, num único filho. A permanência em meio urbano, sobretudo na capital libanesa, permite também uma maior acessibilidade à instrução formal, o que leva a uma maternidade mais tardia, pelo investimento escolar. Deste modo, não é inesperado que a cidade de Beirute apresente taxas de natalidade significativamente menores do que os subúrbios de Beirute (cf. Bourgey, 1974: 383). Aí habita, maioritariamente, o operariado xiita, pouco escolarizado e recém-chegado ao meio urbano. A articulação dos efeitos urbanidade e escolaridade, que se verificam de forma relativamente homogênea no interior das várias comunidades que compõem a sociedade libanesa, vai conduzir à dispersão socioeconómica intercomunitária.

As áreas rurais, por seu lado, ocupam, relativamente à natalidade, uma posição intermédia (cf. Bourgey, 1974: 383). Embora a baixa escolarização seja uma realidade entre as populações das regiões mais ruralizadas - o que poderia elevar as taxas de natalidade - por imperar aí o grande latifúndio e um regime quase feudal nas relações de produção o operariado agrícola sentirá, por certo, menor interesse em aumentar a mão de obra familiar, traduzindo-se numa natalidade mais inibida. A comunidade drusa é disso exemplo. As taxas de natalidade desta população pouco variaram ao longo do tempo e nunca foram elevadas. Esta foi, evidentemente, pouco afetada pela evolução socioeconómica do país, sobretudo porque a urbanização desta comunidade é bastante deficitária (Corm, 2005: 187).

Também os muçulmanos sunitas se encontram a perder a batalha da natalidade. Ocupando sobretudo as grandes cidades de Beirute, Trípoli (Trablos) e Sidon (Saída), estes são maioritariamente urbanos. E, embora não tivessem no passado domínio entre as profissões liberais (segundo um estudo de 1955, realizado em Beirute, envolvendo cerca de 300 médicos, 100 advogados e 50 engenheiros, em que os sunitas envolvidos eram, respetivamente, 40, 23 e quatro indivíduos) (cf. Vaumas, 1955: 540) - o que lhes permitiria reforçar a sua influência social (como parece ser o caso dos maronitas e dos gregos-ortodoxos) - estes encontram-se, hoje, igualmente, na generalidade, entre as chamadas classes médias, integrando sobretudo a pequena-burguesia comerciante.

A conjugação de um menor grau de urbanização, de escolarização e, conseqüentemente, de um menor estatuto socioeconómico, parece explicar as elevadas taxas de natalidade entre os xiitas. Esta será já, atualmente, a comunidade com maior peso demográfico no país. Contudo, esta população não tem um peso socioeconómico e político em concordância com os seus valores populacionais. Para aqueles que vivem uma situação social mais favorável (maronitas, gregos-ortodoxos e sunitas) e que a veem, sobretudo, como consequência das redes de solidariedade e das estruturas confessionais, a realidade política deseja-se afastada das mudanças demográficas. Para aqueles que acumulam exploração económica com subrepresentação política, como os xiitas, o descontentamento com um sistema político, apoiado em dimensões populacionais desatualizadas, aumenta. A pressão exercida pela reconfiguração demográfica das diversas comunidades com assento parlamentar e a resistência das mais favorecidas a uma eventual perda de poder parece estar na origem da tensão social constante em território libanês e da violência intercomunitária em frequentes ocasiões. Mas há ainda a explorar a relação entre confissão, estatuto socioeconómico e alianças políticas.

Reconfiguração demográfica, solidariedade confessional e luta de classes

A escolha de uma família pequena acompanha muitas vezes um compromisso com a mobilidade social ascendente entre gerações, concentrando os recursos na educação de um pequeno número de herdeiros em vez de os dispersar por um grande número de filhos. É, portanto, um caminho para o poder económico e social. Esta é, no geral, uma atitude comum entre as classes médias, sobretudo se urbanizadas. Mas, ao mesmo tempo, quando este fenómeno se generaliza em determinada comunidade, num contexto político como o libanês, reduz-se o seu peso demográfico relativo no seio

da sociedade, comprometendo o seu poder político (e potencialmente, de futuro, o seu posicionamento socioeconómico, muito mais quando o sistema político tem considerável influência na distribuição dos (poucos) empregos disponíveis). Os grupos menos fecundos viram a sua fatia de influência crescer na área socioeconómica, mas diminuir no enquadramento político. É o caso dos gregos-ortodoxos e dos gregos-católicos. Dominam nas universidades e nas instituições bancárias, mas estão menos representados no parlamento. É também o caso dos maronitas, que se debatem há décadas com a erosão da sua legitimidade política. O princípio da proporcionalidade, que tanto os beneficiou e legitimou no passado (embora, como visto, possa levantar inúmeras questões) rebela-se agora contra si, com a sua entrada na fase de transição demográfica (Fargues, 1992: 318-319), característica da modernidade. Quanto aos xiitas, o seu elevado número está longe de corresponder à sua influência real na sociedade libanesa porque, em todas as áreas, estes figuram como os mais desfavorecidos.

As mudanças demográficas possibilitarão, deste modo, de futuro, um certo deslocamento do poder político em relação ao poder económico (inicialmente, com certeza, e não a longo termo, obviamente). A associação natural entre os dois poderes tem permitido manter o status quo, malgrado a reivindicação das comunidades mais desfavorecidas. Mas entre os grupos perdedores do desenvolvimento, os xiitas são hoje aqueles que detêm as taxas de natalidade mais elevadas e poderão tornar-se, desta forma, triunfantes a longo prazo, na arena política, se este sistema político se mantiver.

À partida, a sociedade libanesa parece combinar todos os obstáculos a uma abordagem em termos de classes sociais. Dividida em linhagens familiares, regiões e confissões, em que o poder político é partilhado entre as várias comunidades etnoreligiosas numa proporção definida a partir de uma determinada (ou presumida) importância demográfica, a sociedade libanesa é vista, relativamente às suas estruturas sociais, como uma sociedade «quase-tradicional», em que as relações familiares e comunitárias têm, em grande parte, precedência sobre as relações económicas (Dubar, 1974: 301-302). Mas será mesmo assim?

As solidariedades e as lutas entre classes são evidentes em território libanês, onde a distinção confessional deveria imperar à partida. A solidariedade entre classes é reforçada pelo fechamento confessional – já vimos a insistente correlação entre confissão e classe, no seio da sociedade libanesa – e esta poderá acentuar, por sua vez, o isolamento comunitário. Não será então a solidariedade de classe a manter a insularidade comunitária e, por sua vez, o sistema político confessional? Não teria este desaparecido, entretanto, se no interior das diferentes comunidades religiosas se debatesses os interesses de vários grupos classistas?

Nas sociedades pluricomunitárias como a libanesa, a dispersão das comunidades tende a reagrupá-las em dois blocos que se opõem (Quermonne, 1961: 36). Mas é a luta entre classes que parece explicar a configuração deste agrupamento: a comunidade sunita começou recentemente a opor-se à comunidade xiita, a quem sempre se aliou em contexto libanês, apesar do milenar antagonismo religioso e político entre sunismo e xiismo. Estas duas comunidades muçulmanas enfrentam grande tensão desde o atentado que vitimou um antigo Primeiro-Ministro (sunita, como visto), Rafik Hariri, em 2005, presumidamente organizado pelo governo sírio (alauita) e pelo seu aliado libanês, o xiita Hezbollah. A recente aliança entre as comunidades sunita, maronita e grego-ortodoxa indicia, sem dúvida, uma solidariedade de classe: estas figuram maioritariamente entre as classes médias, que enfrentam uma potencial redução do seu poder político perante o peso demográfico inegável dos xiitas. Deste modo, poderá a tensão social dos últimos anos tratar-se, sobretudo, de uma luta de classes, ao invés da continuação do conflito intercomunitário que teve lugar entre 1975-1990 (decorrente da - considerada por várias comunidades - *invasão* palestina do território e dos recursos libaneses, bem como da agressão israelita consequente)? A aproximação, desde as últimas décadas, entre xiitas e palestinos (sunitas, na sua grande maioria) deve-se somente ao conflito com Israel? A verdade é que são estas as comunidades mais desfavorecidas, a todos os níveis, em território libanês. Deste modo, as novas alianças que se formam hoje no Líbano parecem contradizer as esperadas afinidades comunitárias e confessionais. Deste modo, a importância da confissão poderá ter-se reduzido perante o desconcerto entre as realidades socioeconómicas e o poder político.

Não são imediatas, porém, as respostas a estas interrogações. A questão libanesa parece depender de uma complexa articulação entre os aspetos tidos em conta neste trabalho - a reconfiguração demográfica das diferentes comunidades e a sua potencial repercussão no sistema político, as latentes redes sociais no interior das várias confissões, a solidariedade e a luta entre classes - e as diversas alianças interregionais que se formam no contexto verdadeiramente instável que é o do Médio Oriente, levando a que muitos designem o território libanês como a arena onde se debatem os antagonismos existentes nesta área do mundo.

Conclusão

Os pressupostos fundamentais do sistema político libanês mantêm-se praticamente inalterados desde 1943, ano da fundação do Estado. A repartição do poder político dá-se em função da proporção demográfica de cada comunidade, tomando como base o último recenseamento demográfico empreendido pela França (potência colonizadora, à época), o censo de 1932.

Porém, a dinâmica demográfica das diferentes comunidades religiosas (sobretudo das que têm assento parlamentar – 17 em 1943 e 18 atualmente - e especialmente das cristãs maronita e grega-ortodoxa, bem como das muçulmanas sunita e xiita) parece ter reconfigurado a realidade populacional das diferentes confissões, colocando o estatismo desta organização política em causa.

Os dados empíricos obtidos após a constituição do sistema político confessional são escassos. A validade do referido censo de 1932, o documento que determinou a assimétrica repartição do poder político, tem sido contestada. Nenhum estudo geral foi empreendido desde então, mas existe, todavia, alguma informação dispersa sobre alguns dos fenómenos demográficos. Nestes, está contudo ausente, na generalidade, a identificação das diferentes confissões. Porém, a demografia, na sua preocupação com o rigor que a caracteriza, desenvolveu uma metodologia para lidar com a informação incompleta e incorrecta, aspeto tido em conta nos trabalhos mais recentes em que se apoiou este exercício.

Estabelece-se, portanto, uma relação entre a evolução demográfica das comunidades com significativo poder político, evolução essa decorrente sobretudo dos diferentes comportamentos natalistas e dos vários movimentos migratórios das suas populações e as ambições destes grupos religiosos no seio da sociedade libanesa, bem como a recorrente violência entre si.

A realidade demográfica libanesa foi, nas últimas décadas, afetada principalmente por três fenómenos, principalmente: intensa emigração (sobretudo cristã), considerável imigração palestina (maioritariamente sunita) e decréscimo geral da natalidade. Quando estes fenómenos não se distribuem de igual modo entre as comunidades com poder político, a nova configuração populacional põe em risco o sistema confessional em vigor.

O território libanês é dual à partida («Pequeno-Líbano» - o autónomo Monte-Líbano versus «Grande-Líbano», o território atual) e as consequências dessa divisão fazem-se sentir ainda hoje nos diferentes comportamentos demográficos. A localização urbana da comunidade muçulmana sunita (tal como dos gregos-ortodoxos, precedendo, a este respeito, os maronitas) permitiu-lhe uma maior escolarização e o acesso a melhores oportunidades económicas, colocando-os, numa larga maioria, entre as classes médias. Esta tem vindo a sofrer, tal como as comunidades maronita e grega-ortodoxa e as populações cristãs na generalidade, um forte decréscimo natalista, devido ao efeito conjunto da urbanidade, escolaridade e classe. Por seu lado, a comunidade muçulmana xiita, ocupando o interior do país e (recentemente) os subúrbios de Beirute, tem mantido um posicionamento deveras desfavorável no âmbito da sociedade libanesa. Preenchendo os postos de trabalho com menor remuneração (são menos escolarizados do que a média da população libanesa), recém-chegados à capital (ocupando, no geral, as áreas rurais do vale da Bekaa e do sul do Líbano), esta comunidade permanece isolada do desenvolvimento do país.

A emigração e a diminuição dos nascimentos revelaram-se sobretudo entre as comunidades cristãs, particularmente entre a maronita, detentora de maior poder político. O elo de proximidade com o Ocidente, com a Europa em particular – religioso, linguístico e cultural – criou oportunidades de saída para os cristãos. O esvaziamento desta população revelou-se dramático, sobretudo no período da guerra civil. Também a elevação do nível de instrução e do estatuto socioeconómico das comunidades cristãs tem tido um efeito redutor na fecundidade, por intermédio do recuo da idade no casamento e, conseqüentemente, da maternidade, pelo recurso à contraceção e pela adesão a um ideal de família reduzida.

A imigração palestina, iniciada em 1948, aquando da constituição do Estado israelita e o conseqüente estabelecimento, em território libanês, da luta armada contra Israel, desencadeou o maior conflito vivido no Líbano. Afetando, de imediato, a comunidade xiita residente no sul do país, desde logo se tornou uma ameaça, não só para a estabilidade social, mas para o domínio político maronita, pois os palestinos refugiados são maioritariamente sunitas, avolumando assim os valores populacionais da comunidade muçulmana ortodoxa. Devido a esta particularidade, mantêm-se adiada a integração social, económica e política desta comunidade no Líbano.

A distribuição dos cargos públicos, num país com reduzidíssima indústria e diminuto setor agrícola, com os recursos marítimos esgotados por anos de utilização de métodos destrutivos, torna-se motivo evidente do braço de ferro.

O setor bancário é responsável pela maior parte dos postos de trabalho do mundo empresarial. Porém, este é constantemente abalado pela instabilidade política no país e na região. Embora pretensamente abandonado após os Acordos de Taëf, o fator confessional não foi erradicado na atribuição de cargos públicos. Prova disso são os escândalos constantes a esse respeito, decorrente da sua denúncia nos meios de comunicação detidos pelas diferentes comunidades em disputa.

Deste modo, não surpreende que a comunidade xiita tenha vindo a demonstrar o seu descontentamento com o sistema político, sobretudo quando não duvida da sua dominância demográfica. A sua elevada taxa de natalidade torna-se assim estratégia de força perante os grupos menos fecundos, mas os maronitas não têm cedido o poder senão a ferro e fogo: desde a constituição do Estado, na década de 1940, estes aceitaram apenas uma redução ligeira da sua influência (perante os Acordos de Taëf, que determinaram o fim da guerra civil de 1975-1990), concordando com uma distribuição do poder político de forma mais equitativa entre cristãos e muçulmanos, através de igual número de lugares na Assembleia de Deputados, mantendo, contudo, a presidência, com grande parte dos poderes atribuídos inicialmente.

A situação libanesa, no que diz respeito a conflitos entre comunidades religiosas e/ou étnicas, não é única na região. O que é particular na sociedade libanesa é a relação estreita entre a demografia (das diferentes populações) e o poder político. O sistema confessional transporta assim, em si, o germe das lutas fratricidas que opõem as diversas comunidades. A ausência de dados atualizados, apesar da distorção facilmente perceptível dos valores populacionais que determinaram a distribuição dos papéis políticos no passado, mostra o potencial de instabilidade política e social que rodeia a questão demográfica.

Embora seja inevitável, à partida, a consequente transição da natalidade entre os xiitas, passarão certamente décadas até que os valores demográficos das três principais comunidades libanesas (maronita, sunita e xiita) possam encontrar algum equilíbrio. Até lá, um aumento de poder político por parte dos xiitas poderá ser uma realidade, mantendo-se o sistema confessional. Contudo, quando não for mais possível às comunidades menos fecundas (maronita, grega-ortodoxa e sunita) dissimular a perda da batalha demográfica, é provável que estas avancem para a eliminação deste sistema político, partindo para um processo de laicização das instituições. Estas enfrentarão então, seguramente, a oposição dos grupos políticos xiitas, nomeadamente da frente armada do Hezbollah.

Encontrando-se no início da transição demográfica, o Líbano apresenta ainda um crescimento populacional considerável, o que não deixará de contribuir para o aumento de dois problemas já vivenciados pela sociedade libanesa: o desemprego muito elevado entre as gerações mais jovens (perante um setor secundário pouco desenvolvido e um terciário esgotado) e o esvaziamento do território em direção a uma metrópole sobrelotada.

Bibliografia

Attané, Isabelle; Courbage, Youssef et al. (2001) – *La démographie en Méditerranée: situation et projections*. Paris: Diffusion Économica. ISBN 2-7178-4333-7.

Bernard, Augustin (1924) – Les populations de la Syrie et de la Palestine d'après les derniers recensements. Em *Annales de Géographie*, tomo 33, n.º 181. [S.l.], pp. 73-79.

Bourgey, André (1974) – Youssef Courbage et Philippe Fargues - La situation démographique au Liban, vol. 1. Mortalité, fécondité et projections : méthodes et résultats, vol. 2 : Analyse des données. Em *Revue de géographie de Lyon*, n.º 4. [S.l.], pp. 383-384.

Corm, Georges (2005) – *Le Liban contemporain: histoire et société*. Paris: La Découverte. ISBN 978-2-7071-4707-3.

Courbage, Youssef (1995) – Fin de l'« explosion » démographique en Méditerranée? Em *Population*, n.º 1. Paris: Institut National d'Études Démographiques, pp. 179-191.

Dubar, Claude (1974) – Structure confessionnelle et classes sociales au Liban. Em *Revue française de sociologie*, n.º 15-3. Paris: RFS, pp. 301-328.

Fargues, Philippe (1992) – Démographie et politique dans le monde arabe. Em *Population*, n.º 2. Paris: Institut National d'Études Démographiques, pp. 305-326.

Feki, Masri; Ficquelmont, Arnaud de (2011) – *Géopolitique du Liban: constats Et enjeux*. 2.ª ed. Paris: Studyrama. ISBN 9782759011698.

Heyberger, Bernard (dir.) (2003) – *Chrétiens du monde arabe. Un archipel en terre d'islam*. Paris: Éditions Autrement. ISBN 2-7467-0390-4.

Khawaja, M. (2003) – La fécondité des Palestiniennes à Gaza, en Cisjordanie, en Jordanie et au Liban. Em *Population*, n.º 3. Paris: Institut National d'Études Démographiques, pp. 309-342.

Maktabi, Rania (1999) – The Lebanese census of 1932 revisited. Who are the Lebanese? Em *British Journal of Middle Eastern Studies*, n.º 26 (2). London: British Society for Middle Eastern Studies, pp. 219-241.

Nazareth, J. Manuel (2004) – *Demografia: a ciência da população*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 978-972-23-3153-1.

Quermonne, Jean-Louis (1961) – Le problème de la cohabitation dans les sociétés multicomunautaires. Em *Revue française de science politique*, n.º 1. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques e l'Association Française de Science Politique, pp. 29-59.

Rizkallah, Hala Naufal; Moneim, Ahmad Abdel (1997) – La baisse de la fécondité au Liban. Em *Population*, n.º 5. Paris: Institut National d'Études Démographiques, pp. 1224-1233.

Rondot, Pierre (1954) – Les structures socio-politiques de la nation libanaise. Em *Revue française de science politique*, n.º 1. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques e l'Association Française de Science Politique, pp. 80-104.

Vallin, Jacques (1974) – La population du Liban. Em *Population*, n.º 6. Paris: Institut National d'Études Démographiques, pp. 1148-1151.

Vaumas, Etienne (1955) – La répartition confessionnelle au Liban et l'équilibre de l'Etat Libanais. Em *Revue de géographie alpine*, tomo 43, n.º 3. Grenoble: Institut de géographie alpine, pp. 511-603.